



Jurídico

TJERJ vence mais uma vez o *Prêmio Innovare*, com projeto de ajuda de custo a peritos em processos com gratuidade de justiça



Direito em Sol Maior
Coluna de estréia do Des. Eduardo Mayr: Meditação a propósito de uma bala perdida



Hermes da Paixão explica como a distribuição dos Processos de Diminuta Complexidade dá maior rapidez à prestação jurisdicional

Perfil



Reconhecido por seu espírito público, o Des. Henrique Figueira fala da carreira na Magistratura e de sua atividade na Mútua dos Magistrados

Cultural



2ª Feira de Artesanato dos Servidores do PJERJ

História das Comarcas:
Paraty - Monumento histórico nacional

Comes e Bebes: O vinho no verão

Declaração Universal dos Direitos Humanos: Antecedentes históricos

Papo Musical: Existe mesmo um rock nacional?

Passaporte Digital
Acertando as contas com o ano novo

Institucional



Alexandre Franco Viana destaca realizações e projetos da Diretoria Geral de Engenharia

Controle Gerencial, uma responsabilidade de todos os gestores

Desembargador Libórni Siqueira será novo colunista da Revista Interação

Súmula do TJERJ número 143

SEGAP conclui pesquisa que resgata estruturas organizacionais do antigo Tribunal de Apelação

ESAJ promove seminário *Justiça e Democracia - Vinte Anos de Constituição*

Banco do Conhecimento divulga pesquisa de satisfação feita com magistrados



Campanha de Medula Óssea: quase mil candidatos a doadores cadastrados em um único dia

DESEMBARGADOR HENRIQUE CARLOS DE ANDRADE FIGUEIRA

Quando imaginamos um desembargador, muitas vezes o pensamento que nos vem à cabeça é de um senhor de cabelos brancos e hábitos antigos, com quem devemos manter muita cerimônia. O Desembargador Henrique Figueira, apesar de seus incríveis trinta e cinco anos de Palácio da Justiça, não se encaixa nessa idéia. Jovem e dinâmico, demonstra que manterá o vigor por muitos e muitos anos, assim como o pai, seu mestre de Direito e de vida, que aos oitenta anos continua advogando com qualidade.

Entre as muitas características do Desembargador Henrique, a que mais se destaca, sem dúvida, é o gosto pelo ser humano. Quando juiz, adorava fazer audiência e nunca se privou do contato olho no olho com o outro. Atualmente, candidato à Presidência da Mútua dos Magistrados,

sabe que terá que lidar de perto com pessoas que enfrentam momentos difíceis e afirma: "Estou preparado para isso!"

O que levou V. Exa. a optar pela carreira de magistrado?

Não planejei ser magistrado. Sou filho de advogado e trabalhava com meu pai no escritório quando resolvi estudar com um amigo que pretendia ingressar na Magistratura, e aproveitei a ocasião para reciclar meus conhecimentos.

Então o senhor já havia pensado em seguir alguma profissão diferente.

Sempre quis ser advogado, porque minha família é tradicional no Direito. Eu sou a quinta ou sexta geração de advogados. Desde a época do Império meus parentes eram vinculados ao Direito. Eu tive um antepassado, o Conselheiro Andrade Figueira, que foi um dos debatedores do Código Civil no final dos anos 1800 e início dos 1900. Então, tenho uma tradição de família bem forte no Direito, mas não conheço nenhum outro caso de magistrado.

Quem sabe o senhor está inaugurando um novo ciclo a ser seguido pelos filhos?

Tenho quatro filhos. O mais velho já é advogado, a segunda faz desenho industrial, o terceiro estuda Direito, e o quarto ainda é pequeno, tem treze anos. Mas acho que nenhum deles virá para a Magistratura. É uma carreira muito bonita mas bastante sacrificante, que para mim significou uma realização. Desde o primeiro dia de trabalho como Juiz senti a certeza de que estava no lugar certo, na atividade certa.

O senhor se descobriu nesse momento?

Sim, eu me descobri. Sentei, comecei a despachar nos processos e pensei: "É disso que eu gosto". Tem uma frase que eu costumo dizer para os meu filhos: "Eu nasci para isso". Vibro, adoro, sou

fascinado pela função de julgar. Acho que todo magistrado é assim, não é?

Deve ser... É uma carreira belíssima.

Muito bonita, mas sacrificante e difícil.

V. Exa. se sente magistrado dentro e fora do Tribunal?

Sou juiz no Tribunal, lá fora eu sou o Henrique, uma pessoa comum, igual a qualquer outra. O comportamento do juiz fora do Tribunal deve ser o mesmo do homem médio, um comportamento normal, sem excessos. O magistrado não tem que ser mais nem menos do que os outros, ele é mais um integrante da sociedade, mas com uma atribuição profissional muito especial.

Mas o grau de exigência da sociedade em relação ao comportamento de um magistrado em seu dia-a-dia é sempre maior do que com os demais cidadãos.

É. Mas o juiz deve se inserir na sociedade como qualquer pessoa. Até mesmo para poder bem julgar, tem que saber o que se passa na sociedade. Ele não pode se afastar das pessoas, ficar fechado em uma redoma sem saber o que está acontecendo. A participação social do juiz é muito importante e ele deve aproveitar sua posição para dar um bom exemplo de como se portar, de como ajudar o próximo.

A quem V. Exa. atribui a formação de sua moral?

Primeiramente, à minha família, pois o caráter é forjado em casa, e também ao colégio, que incute nas crianças valores que ficam para o resto da vida.

V. Exa. tem algum modelo de magistrado?

Tenho vários. Quando entrei na Magistratura, muitos colegas meus, mais antigos, me serviram de norte pelo exemplo, pela qualidade profissional, pela técnica, pela postura, pela retidão e, principalmente, pelo caráter. O Tribunal é composto de pessoas espetaculares. Nossos magistrados realmente são, em sua grande maioria, pessoas de altíssima qualidade técnica e moral.

Talvez por isso seja tão complicado o momento da aposentadoria.

Eu acho que é difícil porque, além do ambiente, a função de julgar apaixona.

Quando V. Exa. começou a freqüentar o fórum?

Aos 15 anos, pois já colaborava com o meu pai no escritório. Era uma freqüência esporádica, só no período de férias. A partir de 17 anos, quando entrei para a faculdade, passei a vir diariamente. Como já conto 52 anos de idade, tenho 35 anos de foro.

Que qualidade todo magistrado deve possuir?

Ter caráter e bom senso, além do conhecimento técnico. É inimaginável um juiz que interfere no direito da parte, ou seja, que tenta tomar alguma decisão para beneficiar A ou B em prejuízo de

terceiros. Isso, para mim, é uma das maiores desgraças que podem acontecer. O direito das partes é sagrado. É evidente que o juiz julga contra ou a favor, mas julga por seu convencimento, por suas idéias; não para atender a qualquer tipo de reclamo, mas porque acha que aquilo é o certo. A função dele é esta: decidir pelo que acha justo. Evidentemente, a formação da pessoa, sua cultura, educação e conhecimento formam um composto que resulta na decisão.

Qual é a diferença entre julgar enquanto juiz e enquanto desembargador?

A carga é igual, não há maior nem menor responsabilidade. Quer dizer, na relação magistrado/processo não existe diferença alguma se está julgando em primeiro ou em segundo grau. Agora, o julgamento é completamente diferente, e, por isso o juiz sente muito quando chega ao Tribunal, porque quando está sozinho na vara o que importa é a opinião dele e de mais ninguém. No momento em que ele vem julgar no colegiado, se depara com um colega do mesmo nível e qualidade pensando diferente.

Já aconteceu de o senhor acabar se convencendo de uma colocação que era, a princípio, contrária à sua?

Claro. E meus colegas também, acontece com todo magistrado. Trata-se de um constante aprendizado. Quando somos confrontados porque existe opinião divergente da nossa, significa apenas que se todos pensassem igual o Direito seria desnecessário, ninguém precisaria de Tribunal ou da Justiça. Apertavam-se três botões e estava pronto o julgamento. A troca de idéias em nível elevado sempre foi a melhor maneira de se obter bons resultados, e nos julgamentos não é diferente.

Que outras atividades V. Exa. desempenha além da jurisdicional?

Sou Vice-Presidente da Mútua dos Magistrados, trabalho fantástico ao qual também me dedico, e que me dá a oportunidade de ajudar as pessoas em momentos de dificuldade. Ainda que me doa saber que um colega ou seu familiar está passando por um sofrimento, o fato de poder apoiá-lo é gratificante. A minha participação na Mútua dos Magistrados me tem sido um ensinamento de muito valor.

A Mútua tem primado por sucessivas gestões excelentes. Qual foi a sua participação?

Entrei na Mútua pelas mãos de um grande desembargador, Renato Maneschy, pessoa que teve uma importância fundamental na minha turma de magistrados, de 88. E permaneci com o Desembargador Hilário Alencar em sua primeira gestão, passando depois da Diretoria para o Conselho. Ambas foram administrações de alta qualidade. Entretanto, na Presidência do Desembargador Paulo Cesar Salomão houve uma mudança de mentalidade e renovação fantásticas, já que a Mútua não comportava mais prestar assessoria ou serviço na forma como havia sido concebida. Fez-se necessário profissionalizar, aumentar o quadro de empregados para poder prestar bem o serviço. O Desembargador Antonio Siqueira seguiu essa mesma linha e contou com uma Diretoria coesa e afinada, que, espero, continue assim.

É para haver continuidade que V. Exa. se candidatou à Presidência da Mútua?

Também, mas principalmente para ajudar aos colegas, prestando-lhes auxílio na hora de dificuldade. Tenho um bom conhecimento de tudo que diz respeito à Mútua. Posso dizer que sou capacitado, ciente de todos os problemas, de todas as dificuldades e de todas as vantagens da Mútua. Sempre há revisões a fazer e novidades a implantar, para que a Mútua continue a ser um excelente plano de saúde.

Que mensagem final V. Exa. deixa para os leitores da Revista Eletrônica Interação?

A minha mensagem vai especialmente para os magistrados e para os serventuários: Temos que permanecer sempre unidos, procurando praticar o bem. Não podemos deixar que a imagem de nosso Poder Judiciário seja maculada, e devemos buscar a conciliação dos interesses em prol de um objetivo maior, que é fazer da prestação jurisdicional um serviço de alta qualidade para a população do Estado do Rio de Janeiro.



“O Des. Henrique Carlos de Andrade Figueira é, na minha opinião, um dos magistrados mais completos do Brasil. Une esmerada técnica com eficiência. No campo pessoal, sou suspeito para manifestar-me pois Henrique é um irmão por opção, tal o grau de amizade que nos une. É uma pessoa com uma retidão de caráter difícil de ser encontrada nos dias de hoje, comprometido com a causa pública e com o bem-estar daqueles que estão próximos. Por isso ele foi escolhido como meu vice-presidente na Mútua e, se Deus quiser, será o próximo presidente.”

Des. Antonio Cesar R. Antunes de Siqueira



“Tenho a honra e a alegria de privar da amizade do Desembargador Henrique Figueira desde os tempos de estagiário, quando juntos percorríamos os corredores do Fórum atrás dos nossos processos. A bem da verdade, nossa amizade já é de segunda geração, porque nossos pais também foram amigos e contemporâneos no exercício da advocacia. Em razão dessa proximidade sinto-me inteiramente à vontade para expressar minha admiração e respeito pelo querido amigo, exemplo de marido, pai e magistrado, que tanto nos tem ensinado, desejando a ele todo o sucesso que merece nos desafios que como homem de bem optou por enfrentar.”

Des. Caetano Ernesto da Fonseca Costa



“Trabalhei ao lado do Des. Henrique Figueira no Conselho Deliberativo da Mútua dos Magistrados no biênio 2005/2006. Presenciei sua liderança, seu espírito público e sua eficiência, atributos que contribuirão para que seja dada continuidade à excelente gestão do Des. Antonio Siqueira.”

Des. Wagner Cinelli de Paula Freitas



“Conheço o Des. Henrique Figueira desde o nosso começo na magistratura, em janeiro de 1988, e, desde logo, ele se destacou como um excelente magistrado. Hoje, principalmente depois da vivência na Vice-Presidência da Mútua dos Magistrados, o Des. Henrique deslanchou para as questões coletivas e demonstrou uma preocupação muito grande com as causas de todos nós, magistrados. Acho que a magistratura do Estado deve se orgulhar da participação deste colega, e a sociedade, a quem nós servimos, deve ter a certeza de que conta com um magistrado em quem, efetivamente, pode confiar, e que tem pela causa pública um cuidado muito especial. Orgulho-me de me dizer colega do Des. Henrique Figueira, e vejo com muita simpatia a possibilidade de ele vir a presidir a Mútua, porque é o Vice-Presidente na administração do Des. Antonio Siqueira, que deu à Mútua uma grandeza que nenhum outro plano de saúde pode igualar. Estamos muito felizes com a atuação do Des. Henrique, e faremos todo o possível para que ele assuma a Mútua, e a continue conduzindo com a qualidade com que tem feito o Des. Antonio Siqueira.”

Des. Roberto Luis Felinto de Oliveira

[Retorna à página inicial](#)

PRÊMIO INNOVARE: TJERJ VENCE PELA TERCEIRA VEZ

Com um projeto que permite o pagamento de ajuda de custo a peritos que atuem em processos com gratuidade de justiça, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro foi o vencedor do V Prêmio *Innovare*, na categoria Tribunal. O objetivo da premiação, cujo tema foi



O Presidente Murta Ribeiro recebe o troféu de Gilmar Mendes, Presidente do STF

Justiça para Todos: Democratização do Acesso à Justiça e Meios Alternativos de Resolução de Conflitos, é prestigiar projetos inovadores desenvolvidos por operadores de Direito de todo o país. O *Innovare* premia também as categorias Advocacia, Ministério Público, Defensoria Pública e Juiz Individual. O troféu foi entregue no Palácio do Planalto ao Presidente do TJERJ, Desembargador **José Carlos Schmidt Murta Ribeiro**, no dia 11 de dezembro. Devido a um problema de agenda, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi representado na cerimônia pelo Vice-Presidente José Alencar e por outras autoridades, como o

Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro **Gilmar Mendes**, e o Ministro da Justiça, **Tarso Genro**.

O autor do projeto vencedor, **João Marcus Vinicius Façanha dos Santos**, Diretor da **Divisão de Perícias Judiciais - DIPEJ**, explica que um de seus principais benefícios é proporcionar maior celeridade à execução de perícias técnicas em processos com gratuidade de justiça. Nesses feitos, o perito recebe seus honorários apenas se houver a sucumbência, que obriga a parte vencida a pagar todas as custas e despesas processuais. Quando não ocorre a sucumbência, ou se a parte vencida também tem direito à gratuidade, não há pagamento de honorários: "Isso gerava um problema quanto à execução da perícia em tempo hábil, porque ela é onerosa, e esses profissionais acabavam absorvendo um custo que não conseguiam suportar. Por isso, muitos processos ficavam parados."



O Ministro da Justiça, Tarso Genro, parabeniza João Marcus Façanha, autor do projeto vencedor

Outro mérito do projeto é aumentar a qualidade dos laudos periciais, uma vez que é facultado ao juiz pagar ou não a ajuda de custo, como ressalta João Marcus: "Caso o perito não cumpra as expectativas relativas à qualidade e à celeridade, ele não deve ser beneficiado com a ajuda, que só pode ser paga após a execução do laudo pericial."

A prática é financiada com recursos do Fundo Especial do TJERJ. Mas, se, ao final do processo,



O Presidente Murta Ribeiro e João Marcus, com o troféu

houver a sucumbência e o perito receber seus honorários, o valor da ajuda de custo é devolvido por ele ao Fundo Especial. “Se o perito cobrou um valor de até sete vezes a ajuda de custo, ele devolve apenas a ajuda recebida”, esclarece o autor do projeto, “mas, se cobrou mais de sete vezes, devolve o dobro daquele valor”. Desta forma, os recursos para o pagamento são realimentados e, no futuro, podem até ser ampliados.

Com o apoio de **Anízio Ferreira Camacho**, Diretor da **DGJUR - Diretoria Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais**, o projeto foi apresentado por João Marcus à Presidência do TJERJ e apreciado pelo Conselho da Magistratura há mais de dois anos. Assim, foi posto em prática em 15 de setembro de 2006, com a

publicação das Resoluções 20 e 21 (a primeira relativa a perícias em áreas diversas, e a segunda específica para perícias de psiquiatria). E os resultados obtidos neste período são impressionantes: em 2005, antes da implantação do projeto, foram feitas pela Divisão de Perícias Judiciais 30 indicações de peritos a juízos, enquanto que em 2008, somente até o mês de junho, a DIPEJ havia feito mais de cinco mil indicações. Assim, ações de interdição envolvendo perícia psiquiátrica, por exemplo, que demoravam até um ano e meio para terminar, agora chegam ao fim em menos de seis meses.



Anízio Ferreira Camacho, Diretor da DGJUR, ao lado do autor do projeto

O TJERJ já havia sido premiado na primeira edição do *Prêmio Innovare*, em 2004, por indicadores de desempenho de qualidade desenvolvidos pela Comissão de Apoio à Qualidade - COMAQ, e, em 2007, pela criação do Juizado Especial Criminal do Maracanã. Segundo João Marcus, a importância da premiação está na consagração de uma prática eminentemente social, que muda uma conjuntura de morosidade nos processos com gratuidade e “mostra que o Tribunal de Justiça do Rio se preocupa com práticas inteligentes e simples de serem aplicadas para a efetiva solução dos conflitos.”

DIREITO EM SOL MAIOR

Des. Eduardo Mayr



MEDITAÇÃO (A PROPÓSITO DE UMA BALA PERDIDA)

Quando abrimos os jornais, ficamos a imaginar qual a tragédia anunciada que se fará presente, nesta guerrilha urbana com a qual somos obrigados a conviver, viver, vivenciar, e eventualmente participar.

Não podemos fazer como os Beatles, que cantavam - "Parem o mundo que eu quero descer", agora parodiado para - "Parem o Rio de Janeiro que eu quero descer". São tantas as mazelas, as violências quotidianas, os desrespeitos e os descasos com que nos defrontamos, que ficamos a imaginar se não se terá, em algum momento, perdido o timão da lei e da ordem, na salvaguarda do bem comum.

Estamos vivenciando em nossa Cidade uma situação de crises e transitoriedades, com a fatalidade de um quotidiano adverso que nos conduz a reflexões existenciais do porquê de certos eventos, estas tragédias individuais que permitem devaneios filosóficos como a trajetória de uma bala perdida que atinge uma criança, uma mulher grávida, um rapaz sonhador.

A gratuidade do sacrifício da vida humana, em condições tão fúteis - tiros a esmo, violências gratuitas, qualidade de vida deteriorada, etc. nos conduzem a isto. A vida, realmente, parece não ser justa, pois coisas terríveis estão acontecendo, como sempre aconteceram a pessoas boas e decentes. Para as vítimas destas situações ocasionais, certamente surge a indagação - devemos nos revoltar contra Deus, pelas tragédias que nos atingem de forma inapelável? A resposta haverá que ser, possivelmente, NÃO. Pois não é Deus quem causa a tragédia, a doença, ou o sofrimento. Nisto tudo há uma como que aleatoriedade, uma eventualidade não controlável por nossa vontade. Na verdade, o nosso universo é aleatório, da mesma forma como a natureza é moralmente cega. Um câncer não distingue pessoas boas ou ruins, não são "atos de Deus", mas sim acasos sociais ou naturais. Tragédias ocorrem independentemente de nossas vontades. Incêndios, inundações, desabamentos, navios que afundam, aviões que caem, elevadores que despencam, isto tudo há que existir. Atingem justos e pecadores.

A vida é imperfeita, e não podemos explicar Deus. Não há justiça na vida nem na natureza. A justiça é própria do homem. E a sabedoria consiste em aceitarmos o fato de que nem sempre existe uma razão. Um tiro no escuro pode atingir qualquer pessoa. Fatalidades não têm consciência. E assim, não há exceção para os bons, pois somos todos submetidos a leis da natureza e do acaso. Uma bala perdida não sabe o que faz. Não tem consciência, não tem memória, não tem autodeterminação, não tem escolha.

Neste contexto, haveremos que compreender algo fundamental. E isto é que na vida, temos que

ter urgência! Não podemos esperar demais para fazer o que precisa ser feito, num mundo que só nos dá um dia de cada vez, sem nenhuma garantia do amanhã. O hoje é o presente, porque é um presente. O hoje não é ontem, nem amanhã. Enquanto lamentamos que a vida é curta, não podemos agir como se tivéssemos à nossa disposição um estoque inesgotável de tempo. O amanhã pode não ocorrer. Compreendamos: tempo é vida. Não podemos perder tempo, pois perder tempo é perder vida. O Criador nos dá 70, 80, talvez 90 anos, e é neste período que devemos realizar nossos anseios de felicidade, de solidariedade, de amor.

Não podemos mais esperar para proferir as palavras de perdão que devem ser ditas, para afastar rancores que devem ser expulsos, para expressar gratidão, para dar ânimo, para oferecer consolo. Não podemos mais esperar para sermos generosos, deixando que a demora diminua a alegria de dar espontaneamente. Não podemos realmente continuar a aguardar um tempo próprio para demonstrar carinho a nossos pais, cônjuge, irmãos, amigos. Pois amanhã já poderá ser tarde demais. Chega de esperar momentos apropriados, pois estes nunca o serão. Deus também está esperando, esperando nós pararmos de esperar, esperando nós começarmos a fazer agora, tudo aquilo para o qual este dia e esta vida nos são dados antes que nesta cidade outrora maravilhosa nos surja pela frente o acaso, o imprevisto, seja na forma de um acidente, seja na forma de um malfeitor, em paródia a Drummond "no meio do caminho tinha um assaltante, tinha um assaltante no meio do caminho" - seja na rota incerta de uma bala perdida.

Também, não devemos mais procurar em nossos trabalhos apenas a realização material, pois não há dinheiro que pague os ideais perdidos ou a moral corrompida. Não podemos ser escravos, entregues à sôfrega e insaciável fome de dinheiro e poder, vendendo nossa dignidade ou anestesiando nossa consciência. Haveremos que ser livres e sábios, livres por enriquecermos espiritual e materialmente de cabeça erguida e que, podendo pisar e esmagar preferimos recolher e ajudar, e sábios por lutarmos por princípios nos quais acreditamos, admitindo nossas falhas e descobrindo nossas verdades. Como Bernard Shaw, que ensinava: "você vê as coisas e pergunta: por quê? Mas eu sonho coisas que nunca existiram e pergunto: porque não?", devemos quotidianamente repensar nossas vidas, na certeza de que o dia de hoje é, de fato, o primeiro dia, o primeiro dia do resto de nossas vidas.

[Retorna à página inicial](#)



**ACESSE O
BANCO DO CONHECIMENTO
DO PJERJ**

ENTREVISTA COM HERMES DA PAIXÃO

O Diretor do Departamento de Distribuição e Autuação Cível da Primeira Vice-Presidência - DECIV explica as peculiaridades da distribuição dos Processos de Diminuta Complexidade, e como as medidas adotadas dão maior celeridade à prestação jurisdicional



Em que consiste a distribuição de Processos de Diminuta Complexidade?

São processos que envolvem matérias já sumuladas pelo TJERJ. Durante o ano de 2005, na gestão do Desembargador Laerson Mauro, então 1º Vice-Presidente, foi percebido que havia muitos recursos cuja matéria envolvia execuções fiscais, medicamentos, cobrança de cotas condominiais, despejo simples, acidente de trabalho, seguro DPVAT, etc. Estes processos eram distribuídos normalmente, em conjunto com os demais recursos. Surgiu, daí, a idéia de se fazer uma distribuição separada destes feitos, uma vez que os mesmos, teoricamente, teriam menos complexidade no julgamento, pois versavam sobre matérias já sumuladas pelo TJERJ. A idéia era a de que todos os Desembargadores recebessem, por distribuição, uma parte destes processos. Em 26/12/2005, foi publicada a Ordem de Serviço 13/2005, regulamentando este tipo de distribuição. Como, na época, estávamos em busca de objetivos que dessem celeridade à prestação jurisdicional, passamos a distribuir este tipo de feito todos os dias. Os processos são marcados com uma tarja vermelha no canto esquerdo para facilitar sua identificação quando chegam ao Gabinete dos Desembargadores.

Esse seria o aspecto mais importante, o da celeridade da prestação jurisdicional?

Exatamente. Desde que iniciamos, em 2005, temos observado muitos julgamentos monocráticos proferidos neste tipo de feito, que foi bem aceito pelos desembargadores do TJERJ. Acreditamos, assim, que estamos contribuindo para a maior celeridade no julgamento dos recursos mais complexos. Vale destacar que no caso da Súmula 65, que versa sobre o direito à saúde, a população é diretamente beneficiada pela celeridade no julgamento dos recursos.

Algum procedimento administrativo novo foi adotado nessa forma de distribuição?

Recentemente, para que houvesse mais equilíbrio na distribuição dos Processos de Diminuta Complexidade, passamos a procedê-la uma ou duas vezes por semana, dependendo do número de feitos. Isso nos dá a garantia de uma distribuição mais uniforme desses processos a todos os desembargadores. Consultamos a Desembargadora 1ª Vice-Presidente sobre a inclusão de outros feitos com as mesmas características. Atualmente, estamos buscando uma parceria com a DGCON, objetivando aumentar o número de processos tidos como de diminuta complexidade, utilizando a tabela de assuntos da Resolução 46/2007 do Conselho Nacional de Justiça, já que todos os feitos autuados no DECIV são, obrigatoriamente, classificados por assunto. Acreditamos ser este um ótimo objetivo a ser alcançado para o próximo biênio.

História das Comarcas

PARATY - MONUMENTO HISTÓRICO NACIONAL

Não há documento que informe a data de fundação de Paraty. Especula-se que ocorreu com a passagem da expedição de Martim Afonso de Souza, em viagem do Rio de Janeiro ao povoado de São Vicente, em 1531, no dia 16 de agosto.

A primeira referência a Paraty data de 1596, em menção à expedição de Martim Corrêa de Sá que, vinda do Rio de Janeiro, passou pelo povoado, rumo à região do Vale do Paraíba em busca de índios para escravizar.



Fórum da Comarca de Paraty: construção em estilo colonial

A partir de então, a região passou a servir de passagem ao sertão e para mercadorias vindas da Europa. Devido a isso e ao desenvolvimento do comércio de gêneros alimentícios, tecidos e especiarias, o povoado enriqueceu. Antes localizada no Morro do Forte, a povoação mudou-se para junto do rio Paraty-Guaçu, e cresceu como parte da Vila de N. S. da Conceição da Ilha Grande.

Em 1660, a revolta liderada pelo Capitão Domingos Gonçalves d'Abreu separa Paraty da Ilha Grande. Paraty desejava emancipação devido ao movimento do porto e da própria localização estratégica à entrada do caminho para o sertão.

Em Carta Régia de 28 de Fevereiro de 1667, Dom Afonso VI reconheceu aquela que seria a futura Paraty com o nome de Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty. Instalou-se a primeira Câmara Municipal e nomearam-se os juízes e autoridades locais. A descoberta de ouro em Minas Gerais, no final do século XVII, transformou a Vila de Paraty em portal aos que buscavam enriquecer no "eldorado" brasileiro.

O porto de Paraty passa a ser então o de embarque de carregamentos de pedras preciosas e ouro para a cidade do Rio de Janeiro, de onde seguiam para Lisboa, atividade que, durante o ciclo do ouro, mobilizou toda a economia local.

No início do século XIX, o plantio do café iniciou nova fase econômica e o porto passou então a receber do alto Vale do Paraíba a produção do café lá plantado e conduzido até a cidade, serra abaixo, em grandes tropas de burros.

A chegada da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro trouxe o luxo e o bem viver da Europa para o Brasil. E, em razão da

proximidade, a Vila de Paraty foi transformada pelas novidades da Corte.

Em 1813, por Decreto de 17 de Dezembro, a vila foi enobrecida com o título de Condado, e em 12 de março de 1844, a Lei Provincial nº. 302 elevou a vila à categoria de Cidade, com o nome de Paraty.

No final do século XIX, a construção da estrada de ferro ligando o Rio de Janeiro a São Paulo através do Vale do Paraíba diminuiu o movimento do porto, o que fez com que grande parte da população deixasse a região.

O início do século XX encontrou a cidade sob o enorme esforço em manter o que restava do progresso, com construção de pontes, instalação de luz elétrica, a publicação de alguns jornais etc.

Em 1945 o sítio histórico de Paraty foi considerado Monumento Estadual pelo Decreto-Lei nº 1.450. Assim, no turismo a cidade encontra seu destino: são abertos

hotéis e restaurantes, e o comércio passa a vender o artesanato local.

No dia 13 de Fevereiro de 1958, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional inscreveu o centro histórico de Paraty no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, ditando leis e normas para a preservação da arquitetura e do paisagismo da cidade.

Finalmente, em 24 de Março de 1966, pelo Decreto nº 58.077, todo o Município de Paraty foi convertido em Monumento Nacional. Após isso, a construção da Estrada Rio-Santos, BR 101, iniciada em 1970 e aberta ao tráfego em 1976, consolidou a vocação turística de Paraty.

Nesse contexto, o fórum da comarca de Paraty, inaugurado em 1974, em antigo prédio de estilo colonial, ao ser reformado e restaurado em 2001, procurou preservar todas as linhas do estilo original da edificação histórica.

Fontes:

[Http://www.pmparaty.rj.gov.br/](http://www.pmparaty.rj.gov.br/)

ABREU, Antônio Izaias da Costa. *Palácios e Fóruns do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (História e Iconografia)*. Rio de Janeiro: 2005.

Foto de João Moraes (<http://digiforum.com.br>)

COMES E BEBES

Ivan Lindenberg

Coluna dedicada aos amantes do vinho e da boa mesa

O VINHO NO VERÃO!



Parece que foi ontem; 2008 passou, e nossa coluna já completou um ano. Este espaço virou permanente e ficou conhecido. Procuramos trazer um pouco de informação e cultura, aliados a enogastronomia.

Gostaria de agradecer primeiramente à Direção da Revista pelo convite e a ousadia na diversificação do seu conteúdo e aos leitores que, durante o ano, acompanharam e comentaram sobre os assuntos aqui colocados.

Para começar 2009 vale à pena repetir aquelas regras básicas que todos devemos lembrar em relação ao vinho. São elas:

- 1- Vinho é um produto orgânico, conseqüentemente, perecível. Portanto, precisa de cuidados que começam na produção, passam pelo engarrafamento, transporte e armazenagem até o consumo. Isso tudo influencia no paladar final.
- 2- Cada garrafa é uma garrafa. É como se fosse um indivíduo. Duas garrafas do mesmo vinho, mesma uva, mesmo ano, podem estar diferentes. Uma garrafa pode estar muito boa e a outra pode estar muito ruim. Isso pode ocorrer com vinho barato ou caro.
- 3- Gosto não se discute. Existe uma variedade enorme de tipos de vinhos, desde o mais barato ao mais caro. Atenção: não misture qualidade com gosto. Ninguém é obrigado a gostar de um vinho só porque é de qualidade ou caro. O que é bom para uma pessoa pode não ser para outra. Independente da qualidade.
- 4- Não procure demonstrar que conhece mais do que realmente sabe. Não tenha vergonha de perguntar. O erro pode doer no bolso. Hoje, já temos lojas especializadas, e em alguns supermercados existem seções específicas para vinhos, com pessoas para orientar o consumidor. Seja sincero, diga exatamente o que quer ou pretende e não fique desconfiado, porque normalmente não lhe irão empurrar um vinho mais caro só por causa da venda. A maioria dos restaurantes, também, já conta com pessoas especializadas para orientá-lo (embora neste caso, aqui no Brasil, os preços ainda sejam abusivos sem necessidade).
- 5- Só há um jeito de saber se você gosta de determinado tipo de vinho: provando-o várias vezes e escolhendo produtores diferentes. Não se deixe levar por informações ou julgamentos de terceiros (lembre-se da regra n.º 3). Se gostar de um vinho, anote para não esquecer e para procurá-lo outra vez.

6- Enófilo sim, “*enochato*” não! Você pode gostar de vinho, mas a pessoa ao seu lado, talvez, não. E, mesmo que o outro goste, você não precisa ficar mostrando isso. A discrição é fundamental para aumentar o seu conhecimento. Nada de “salamaleques” nos restaurantes, a não ser que você seja um bom conhecedor e esteja numa degustação dirigida ou técnica. Se o restaurante for bom ele terá um *sommelier* (pessoa entendida e treinada para fazer o serviço de vinhos) que dará dicas de harmonização e fará o serviço interagindo com você ou com quem pediu o vinho.

7- Não seja radical. Eu gosto muito de vinho, mas existe hora para tudo. Entre um vinho duvidoso ou um prato que não combina, fique com o chope ou a caipirinha.

Partindo dessa última regra e na atual estação do ano, fica a pergunta: sol, calor, festas, praia, samba e muita sede. E aí? Como diz a cantora Marina Lima: “Vem chegando o verão...”.

É verdade que o nosso clima não ajuda muito aos amantes do vinho nesta época do ano, que está mais para uma cerveja bem gelada do que para uma garrafa de vinho. Entretanto, não é impossível apreciar um vinho no verão.

É importante considerar que o clima quente pede uma descontração maior, portanto nada de vinhos sofisticados: procure vinhos mais simples, principalmente os do Cone Sul.

Na coluna passada, já falamos dos espumantes que, além de ideais para comemorações, também são uma excelente opção para o verão, porque podem ser bebidos mais gelados do que os demais vinhos. Eles se adaptam facilmente às situações, podendo acompanhar tira-gostos ou uma refeição.

Outra opção de vinho para os tempos de calor é o vinho branco. As opções de uvas mais comuns são a *Chardonnay* e a *Sauvignon Blanc*, mas temos também a *Riesling*, *Semillon*, *Pinot Grigio* e outras.

Muitas vezes não percebemos, mas naturalmente existe uma tendência a escolhermos comidas mais leves no verão. Uma boa salada ou um prato à base de peixe vai muito bem com um espumante *brut* ou vinho branco. O único cuidado deve ser com o limão, que não combina com vinho por ser muito ácido.

No final, o que vale é a multiplicidade de opções. O Rio de Janeiro é eclético e tem espaço para tudo, água de coco, cerveja, caipirinha e até vinho.

Saúde a todos e bom começo de ano!

Envie ao colega Ivan Lindenberg sua dúvida sobre vinhos pelo e-mail: revistainteracao@tj.rj.gov.br. As orientações versarão tão-somente sobre as características do vinho, não serão indicadas marcas.



MEMÓRIA E JUSTIÇA

A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Antecedentes Históricos

Sandra Villar

Funcionária do Serviço de Pesquisa e Divulgação do Museu da Justiça

No final da década de 30, o mundo se vê surpreendido com o deflagrar de mais um conflito de dimensão global. No interregno de 20 anos entre o término do anterior e o despontar do novo, a Europa havia passado por profundas transformações e sua população experimentado alterações substanciais no estilo de vida.

A Primeira Grande Guerra havia sido *sui generis* ao utilizar novas armas mortíferas, tais como a metralhadora, os gases venenosos e o lança-chamas, além de contar com a ajuda da aviação para bombardeios aéreos e lançar uma nova tática de guerrear, substituindo os embates diretos pela estratégia das trincheiras. Para os beligerantes, foi uma guerra de resistência, em que esteve à prova sua capacidade de se reequipar continuamente, e para a população civil, vitimada não só pelos massacres terrestres e pelas epidemias, mas também pelos ataques aéreos, um conflito devastador.

Tentando restabelecer a paz, o presidente americano Woodrow Wilson lançou, em 1918, proposta incluindo a criação de uma *Liga de Nações*, com o objetivo de resolver em última instância contendas internacionais, impedindo futuros conflitos armados. Na prática, no entanto, a Liga se revelaria, por várias razões, débil e impotente diante das provocações, acabando desacreditada e, mais tarde, extinta.

O período entre guerras foi extremamente conturbado. Tanto as potências vencedoras quanto os países que capitularam precisaram se reestruturar. Estes, além de perderem importantes partes do seu território, se viram envolvidos com pesadas indenizações a pagar, desemprego em massa e economia inflacionada a controlar. Imperava um clima de angústia e desespero, depois potencialmente agravado pela crise econômica de 1929.

Neste contexto social, ideologias totalitárias emergiram e conseguiram se firmar. Prometendo segurança a uma população desiludida com governantes incapazes de reverter o quadro

desastroso que vivenciavam, ganharam rapidamente partidários em todas as camadas sociais. Eliminando drasticamente os opositores, seus adeptos chegaram ao poder em vários países. O sentimento de revanche e o ideal expansionista dos regimes autoritários, somados à política de apaziguamento posta em prática pelas grandes potências, criaram ambiente propício às conquistas. Assim, anexaram territórios, submetendo populações inteiras e acabaram provocando a Segunda Guerra Mundial.

No conflito, foram cometidas as maiores atrocidades possíveis contra os seres humanos. Além dos bárbaros crimes de guerra, milhões de pessoas foram sumariamente executadas por discordarem do regime de seu país, enquanto outras, por discriminação racial, eram perseguidas, segregadas, confinadas em guetos, usadas como cobaias humanas, enviadas a campos de concentração e mortas em câmaras de gás. Cidades foram expostas à radiação nuclear, que dizimou quase toda a população e infligiu terríveis sofrimentos aos sobreviventes.

Ainda em tempos de guerra, retomaram os líderes políticos a idéia de criar um organismo internacional que, atuando como mediador, dirimisse, no futuro, os impasses, assegurando a manutenção da paz. Esta idéia que acabou se concretizando em 1945, quando, finda a guerra, 51 países criaram a Organização das Nações Unidas (ONU).

A Carta das Nações Unidas estabelece o objetivo de “*preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra e reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem*”. Seguindo este propósito, a ONU aprovou em 10 de dezembro de 1948 a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, consequência lógica da luta internacional para cauterizar as feridas causadas pela intolerância racial e étnica do totalitarismo que acabara de ser derrotado.

Constituída por um preâmbulo e trinta artigos, ela enumera os direitos inerentes a todo e qualquer ser humano e menciona seus deveres para com os semelhantes, consubstanciando idéias básicas já concebidas em grandes textos sociais do passado, como a “Bill of Rights”, redigida por Thomas Jefferson nos Estados Unidos, e os princípios universais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” consagrados pela Revolução Francesa de 1789.

Proclamada como ideal comum a ser atingido por todos os povos e nações, a Declaração deve ter seus preceitos difundidos e respeitados universalmente. Nestes 60 anos de existência, não conseguiu abolir os males que afligem a humanidade, mas tem sido importante fonte de inspiração para tratados e convenções internacionais, leis e Constituições dos mais diversos países. É seu escopo permitir que a humanidade possa coibir o instinto de violência, livrando-se, então, num futuro não muito longínquo, dos horrores das guerras, das torturas, da fome, das desigualdades gritantes e da ambição desmedida.

PAPO MUSICAL

Eloi Vicente



CAIU A FICHA?

Antigamente, o intercâmbio musical entre os diversos cantos do mundo era bem mais complicado. Não faz tanto tempo assim, quando um dos meus amigos conseguia um disco importado, fazíamos uma festa para ouvi-lo juntos, pois, quase sempre, só dispúnhamos de um exemplar.

Com a evolução dos meios de transporte e comunicação, culminando com a popularização da internet, as distâncias se estreitaram. Hoje em dia, qualquer criança com acesso a um computador é capaz de *baixar* a música que deseja imediatamente, de qualquer lugar da Terra, às vezes até mesmo antes do lançamento oficial, com um simples *clique*. São tempos de globalização. A música *navega* hoje por *nuvens eletrônicas*, num vaivém musical frenético entre todos os pontos do planeta.

E qual é a consequência disso? Cada vez mais, é possível saber e compreender o que está sendo feito em música pelo mundo, e isso é ótimo. Boas influências são sempre bem-vindas. Mas, também, com o acesso imediato a tudo *o que vem de fora*, foi criada uma facilidade maior para as imitações. Assim, na linha da clonagem, puderam surgir bandas de Heavy Metal em Portugal, grupos de Tango na China, cantores (?) de Hip Hop na Grécia, bandas de Surf Music no Sudão e até Escolas de Samba na Finlândia.

As décadas de oitenta e noventa no Brasil, musicalmente, foram marcadas pela proliferação desenfreada de bandas de Rock. Mais do que *maria sem vergonha* ou *chuchu na serra*, em qualquer prédio de classe média era possível encontrar pelo menos uma. Como o Rock é um gênero de música criado lá pelo pessoal do norte, era normal que cada uma dessas bandas se espelhasse no som e na *atitude* de algum grupo original americano ou inglês. Diante da enorme quantidade dessas bandas, algumas delas, aqui no Brasil, foram levadas ao estrelato. Entenda-se por *estrelato*, tocar nas rádios, aparecer na televisão (exaustivamente), na *Caras*, namorar atriz de novela, fazer shows em espaços *mega*, etc. Surgia, a partir daí, o que a mídia chamou de *Rock Nacional*. E essa onda, como um *tsunami*, durante um tempo, ocupou todos os espaços.

Não sei se outros países fizeram o mesmo, ou seja, nacionalizaram suas cópias chamando-as, por exemplo, de Tango Chinês, Hip Hop Grego ou Samba Finlandês. Mas o Rock, por aqui, ganhou *status* de nacional.

Hoje, já no século XXI, cabe uma reflexão sobre esse fenômeno. No Prêmio Tim e no Multishow de 2008, diferentemente do que aconteceu nos últimos anos, quase não havia grupos de *Rock Nacional* sendo premiados. Também, ao contrário do que acontecia há cinco ou dez anos, várias rádios, que praticamente só tocavam esse segmento, deixaram de fazê-lo nos dois últimos anos. Os poucos grupos de Rock Brasileiro surgidos mais recentemente, que ainda conseguem arrebatam prêmios e ter

o reconhecimento do público e da crítica, na verdade, não deveriam mais ser classificados assim. Será que o que fazem hoje bandas como *Nação Zumbi*, *Manacá* e *Pato Fu* (cuja vocalista, Fernanda Takai, já está até cantando Bossa Nova na Praia de Ipanema) ainda é Rock? Arnaldo Antunes, ex-*Titãs*, que completa o trio *Tribalistas* com Marisa Monte e Carlinhos Brown, pode ser qualquer coisa hoje, menos um roqueiro. *Como uma Onda*, o maior sucesso de um dos mais consagrados artistas do Rock Nacional, Lulu Santos, em parceria com Nelson Motta, cantado por dez entre dez cantores de barzinho (e me incluo também nessa turma), é um bolero. O fenômeno recente e efêmero *Los Hermanos* já se desfez e seu líder, Marcelo Camelo, se revelou um excelente compositor de sambas. *Cara Valente*, de sua autoria, gravado pela Maria Rita, é um dos melhores que ouvi nos últimos tempos.

Parece que o Brasil, com todo o seu poder criativo, apesar de tudo, no fim acaba falando mais alto. Um país capaz de criar uma diversidade musical que vai do baião ao samba, das marchinhas ao maracatu, do choro à timbalada, não consegue ficar preso ao monótono quatro por quatro com três acordes.

A globalização, em vez de trazer uma nivelção ou uma unificação de tudo, na verdade, proporcionou que os trabalhos regionais, originais e diversificados, cada vez mais, pudessem ser conhecidos, compartilhados e valorizados. Quem há de querer escutar Samba Finlandês se pode ouvir o autêntico, ou seja, Samba Brasileiro? Quem procura Tango Chinês se o acesso ao original, argentino, se tornou tão mais fácil? Que apelo, no plano mundial globalizado, teria então o Rock Brasileiro?

Sting, um dos maiores ídolos mundiais do Rock, quando se interessou pela música brasileira, gravou Tom e Vinícius, numa ótima interpretação de *Insensatez*. Paul Simon, no auge do sucesso, quando esteve no Brasil em 1989, mais precisamente em Salvador, na Bahia, ficou *sem fala* quando ouviu no Pelourinho o som brasileiríssimo e único do *Olodum*. E gravou, ali na rua mesmo, a faixa que abriria o seu CD daquele ano, acompanhado por aquela batida fantástica. Andy Summers, guitarrista do *The Police*, depois da mais recente apresentação do seu grupo no Brasil, resolveu gravar e fazer shows com um guitarrista brasileiro. E, para isso, não escolheu nenhum dos seus *genéricos*. Convocou Roberto Menescal, *bossanovista* de carteirinha, para esse seu projeto.

A verdade é que, desde sempre, só se eterniza o que é autêntico. E, quanto mais original e regional é a arte, mais chance tem de se tornar internacional. A Bossa Nova comemora cinquenta anos de existência, e é a música brasileira mais prestigiada internacionalmente. As Escolas de Samba, fazendo jus ao nome, *fazem escola* e atraem milhares de pessoas, encantadas com essa nossa criação. E, até hoje, muitas décadas depois do seu surgimento, Carmem Miranda, com seus abacaxis e bananas na cabeça, ainda é um dos nossos símbolos de maior reconhecimento mundial.

Felizmente, parece que nos tais edifícios de classe média, além do guitarrista do 403, que aprendeu a fazer dois acordes e já se apresenta com tal, há agora também o garoto do 601, que toca um *sete cordas* de respeito.

Será que, finalmente, *caiu a ficha* da rapaziada?

[Retorna à página inicial](#)

Diretoria Geral de Logística - DGLOG

2ª FEIRA DE ARTESANATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DOBRA O NÚMERO DE BARRACAS DO ANO ANTERIOR

Quando, há alguns anos, a Diretora Geral de Logística, **Ângela Augusta Santos Carvalho**, trouxe para expor no TJERJ mosaicos de sua autoria, acabou conhecendo outros serventuários que também faziam trabalhos artesanais: "E eu, que adoro artesanato, comecei a pensar que aqui no Tribunal deve haver muitos artistas." Assim, em 2007, Ângela propôs à Presidência do Tribunal - que prontamente



Ângela Santos Carvalho, Diretora da DGLOG, e Márcia Chaves de Salles

aceitou - a realização de uma Feira de Artesanato para serventuários, na Rua Dom Manuel, próxima à Lâmina III.

O sucesso foi tanto que, no ano passado, de 9 a 19 de dezembro, a Feira teve sua segunda edição e, conforme **Márcia Chaves de Salles**, assessora de Ângela na DGLOG e responsável pela organização do evento, a idéia é que continue ocorrendo anualmente: "O número de barracas quase dobrou: de 47, em 2007, para

85 no ano passado." E, como as inscrições dividiram-se entre as duas semanas de feira, na verdade foram mais de 140 expositores inscritos. "E eu acredito que, em dezembro deste ano, o número irá aumentar, porque já tenho uma lista de espera de quem se inscreveu quando não havia mais barracas disponíveis para o ano passado."

Além de serventuários ativos do TJERJ e familiares, a feira é aberta à participação de servidores aposentados. "Sempre damos espaço para eles", lembra Márcia, "na última feira contamos com cinco barracas de aposentadas, que participaram em 2007, e, ano passado, começaram a ligar para saber da feira." É o que atesta **Eva Silva Lima**, serventúria aposentada: "Quando trabalhava no Tribunal, sempre mexi com artesanato. E, agora, descobri a feirinha ao passar por aqui, para mostrar uns trabalhos a ex-colegas. Achei muito interessante e resolvi participar."



Eva Silva Lima: participação de servidoras aposentadas

As inscrições, divulgadas através do site do TJERJ, são gratuitas, e a DGLOG fornece as barracas, feitas por sua Divisão de Marcenaria, depósito para as peças expostas e crachá para os expositores. Além da oportunidade para os serventuários de exibir e vender seus trabalhos, a diretora Ângela lembra, bem humorada, de outro aspecto da feira: "A feirinha perto do Natal é um décimo quarto que o servidor recebe."

[Retorna à página inicial](#)

PASSAPORTE DIGITAL

Zanoni Maia Jr.



ACERTANDO AS CONTAS COM O ANO NOVO

Chegou 2009 e, com ele, novas contas também: IPTU, parcelas das compras de Natal, matrícula e material escolar, além das tradicionais contas do mês. Que tal, então, começar o ano com o pé direito, organizando suas contas com uma planilha do Excel?

Primeiro, devemos iniciar o Excel e utilizar a planilha em branco, que será criada automaticamente. Se o programa já estiver aberto, crie uma nova planilha, selecionando o botão *Novo* ().

Vamos agora criar rótulos para os meses de uma maneira rápida, utilizando um recurso muito útil chamado *Alça de preenchimento*. Na célula B1, digite *Janeiro* e, em seguida, posicione o ponteiro do mouse no pequeno quadrado do canto inferior direito da mesma célula. Quando o ponteiro se transformar numa cruz (+), mantenha pressionado o botão esquerdo enquanto arrasta o mouse para a direita, até a célula M1 (conforme a figura 1).

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
1		Janeiro												
2														
3											Dezembro			

Figura 1 - Criação de uma seqüência de meses com a Alça de preenchimento

Solte o botão, e, como num passe de mágica, você verá o Excel escrever os nomes de todos os meses até dezembro. Aproveite que os meses já estão selecionados e formate as células com *Negrito* () e alinhamento *Centralizado* ().

O próximo passo é criar a seção da planilha referente às receitas. Na célula A2, digite *Receitas* e formate a célula com *Negrito* (). Em A3, digite *Salário*. Na célula A4, digite *Outras receitas* e, em A5, digite *Total*. Selecione as células B3, B4 e B5 e formate-as com estilo moeda (). Posicione o ponteiro na célula B5 e clique no botão *AutoSoma* (). Selecione as células que receberão os valores das receitas e tecle ENTER. A partir de agora, quando digitar esses valores, o total será calculado automaticamente.

	A	B
1		Janeiro
2	Receitas	
3	Salário	
4	Outras receitas	
5	Total	

Figura 2 - Seção de Receitas

Em seguida, vamos criar a seção da planilha referente às despesas. Na célula A7, digite *Despesas* e formate a célula com *Negrito* (). Em A8, digite *Água*. Em A9, digite *Luz*. Nas células

seguintes, digite todas as suas despesas e, ao final, digite *Total* na última célula. Selecione todas as células das despesas e formate-as com estilo *Moeda* (). Posicione o ponteiro na célula que conterá o valor total das despesas e clique no botão *AutoSoma* (). Selecione as células referentes aos valores das despesas e tecla ENTER.

7	Despesas	
8	Água	
9	Luz	
10	Telefone	
11	Plano de saúde	
12	Alimentação	
13	Seguro carro	
14	Gastos pessoais	
15	Total	

Figura 3 - Seção de despesas

Chegou a hora de criar a linha de saldo. Após todas as despesas, pule uma linha e digite *Saldo* na célula da coluna A. Ao lado, na célula da coluna B, digite a fórmula do saldo, que é o total de receitas (localizado, em nosso exemplo, na célula B5) *menos* o total de despesas (localizado, no exemplo, em B15). Neste caso, a fórmula do saldo ficou:

17	Saldo	=B5-B15
----	-------	---------

Figura 4 - Linha de Saldo

Lembre-se de preceder a fórmula com o sinal de igual (=), que indica ao Excel que o conteúdo da célula é uma fórmula, e não um texto. Formate a célula do saldo com estilo *Moeda* ().

Para criar as fórmulas para os outros meses, basta copiar as células para as colunas correspondentes. Selecione as células, de B3 até a célula que contém a fórmula do saldo, e clique em *Copiar* (). Para colar as fórmulas e formatos, selecione as células de C3 a M3 e clique em *Colar* ().

Agora, é o momento mais importante: o preenchimento da planilha. Digite as receitas nas células apropriadas e as despesas da mesma forma. Caso a despesa seja fixa, você pode copiá-la para todas as células da mesma linha. Lembre-se que a vírgula é o separador decimal no Excel.

Finalmente, é preciso gravar nossa planilha. Clique no botão *Salvar* () , escolha um nome (Sugestão: *Orçamento 2009*) e a pasta onde ela será armazenada (Sugestão: Meus Documentos). Finalize, clicando no botão *Salvar*.

Pronto, você acabou de criar sua planilha de orçamento no Excel.

Antes de terminarmos, porém, cabe uma consideração. Ao final de cada ano, não será preciso criar outra planilha a partir do zero. Bastará salvar uma nova cópia da planilha atual, selecionando **Arquivo/Salvar Como**, dar um nome diferente (*Orçamento 2010*, por exemplo), apagar os valores antigos e continuar gerenciando suas contas, feliz da vida.

Até nossa próxima viagem. *Saudações digitais.*

Envie ao colega Zanoni Maia Jr. suas dúvidas ou sugestões de temas
pelo e-mail revistainteracao@tj.rj.gov.br

Retorna à página inicial

Diretoria Geral de Controle Interno - DGCOI

CONTROLE GERENCIAL, UMA RESPONSABILIDADE DE TODOS OS GESTORES

O Diretor do Departamento de Auditoria Operacional, Luís Pacheco Aguiar, ressalta a importância de um Sistema de Controle Gerencial com a participação dos diversos níveis hierárquicos



Luís Pacheco Aguiar, Diretor do DEAO

Ao longo da história, e principalmente no século passado, a responsabilidade por efetuar os controles operacionais e de gestão dentro das empresas ficou restrita apenas aos profissionais detentores da função de auditores internos. Com o passar do tempo e por conta da dinâmica evolutiva das sociedades, ficou demonstrado que, sem a menor sombra de dúvida, as organizações que assim procederam incorreram em um grande erro, que veio a ocasionar o que os estudiosos chamam hoje de "ausência de responsabilidade por controles" dos gestores, diretores, dirigentes e demais colaboradores responsáveis pelos processos de trabalho nas diversas organizações, não importando o setor da atividade econômica em

que atuam, quer elas sejam públicas ou privadas.

Seja qual for a natureza da organização, pública ou privada, o ideal é que esta possua um *Sistema de Controle Gerencial*. E, para que este sistema seja eficiente e eficaz, é necessária a conscientização de todos os gestores, diretores e ocupantes de cargos de chefia sobre suas respectivas responsabilidades por controles dentro dos processos em que atuam, produtivos ou não, bem como sobre as conseqüências das suas ações nos demais níveis organizacionais.

Como exemplo, podemos imaginar a seguinte situação hipotética: uma organização com 5 mil colaboradores, entre os quais 20 são auditores internos. Poderão esses 20 ser responsabilizados pela não prevenção de fraudes, desvios, erros, etc. que possam vir a ocorrer na organização? Será que esses 20 auditores terão a capacidade de "controlar" todas as atividades desenvolvidas pelos demais 4.980 funcionários dentro da organização? É óbvio que a resposta é NÃO!

Neste momento, torna-se importante a discussão, em profundidade, da figura do *proprietário do processo*. Mas quem é o *proprietário do processo*? Nada mais é do que o administrador, o gerente, o gestor, o diretor, o chefe, etc., ou seja, é o profissional qualificado que conhece profundamente as atividades e procedimentos inerentes ao processo em que atua. Ninguém melhor do que ele tem condições de criar, melhorar, abolir, implementar, criticar e gerenciar os controles necessários ao seu processo. Ele é o responsável por atingir as metas e objetivos que a organização estabelece para o seu processo de trabalho, bem como também por controlá-lo de modo que as

falhas, erros e desvios sejam reduzidos ou minimizados através de controles adequados, ágeis e eficientes.

Concluimos com isso que, quando uma organização consegue difundir, em todos os níveis hierárquicos, o conceito de responsabilidade por controle, sem nenhuma dúvida a organização será mais ágil, produzirá resultados mais eficientes e eficazes e com menores custos, otimizando os lucros oriundos da exploração da atividade econômica, quando organização privada, ou os serviços prestados à sociedade no caso das organizações públicas.

[Retorna à página inicial](#)

Canal Aberto

"Somente agora, passados alguns meses, pude ler de forma mais atenta o perfil de meu pai publicado na Revista Interação de setembro. Deixei que o tempo amenizasse a tristeza. Porém, não pude conter as lágrimas diante desta bela homenagem, que ressalta a grande sensibilidade de meu pai, que apesar de sua extrema dedicação ao trabalho na difícil função de julgar, atuando na árdua área criminal, com equilíbrio e grandeza de caráter, soube manter sua alma leve, bela e generosa. Seu exemplo, por certo, será sempre o meu norte.

Em meu nome e de minha família, agradeço a homenagem."

Juíza Letícia de Oliveira Peçanha

Canal Aberto

Envie-nos suas críticas e sugestões.

Entre em contato conosco pelo e-mail

revistainteracao@tj.rj.gov.br ou pelo telefone 3133-2740

[Retorna à página inicial](#)

Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento - DGCON

DESEMBARGADOR LIBÓRNI SIQUEIRA VISITA A REVISTA INTERAÇÃO E ACEITA CONVITE PARA ASSINAR NOVA COLUNA

Em 27 de novembro do ano passado, o **Desembargador Libórni Siqueira** foi recebido na sede da *Revista Interação*, ocasião em que pôde conhecer parte do processo de trabalho desenvolvido pelo periódico.

A equipe da publicação mostrou ao magistrado o formato e conteúdo mais recente da revista eletrônica, editada e disponibilizada mensalmente no site do TJERJ pela **Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento - DGCON**. A revista é formada pelas sessões Jurídica, Institucional e Cultural, além da Coluna Perfil, que traz entrevistas com figuras de destaque da magistratura e do quadro de serventuários do Tribunal de Justiça.



Des. Libórni Siqueira

Durante a visita, o Desembargador Libórni, que além de jusfilósofo, exerce as atividades de professor, escritor, poeta e conferencista, tendo publicado artigos técnico-científicos em jornais e revistas nacionais e estrangeiros, foi formalmente convidado pela coordenação da *Interação* a integrar o rol de colunistas da publicação. O magistrado gentilmente aceitou o convite e se propôs a assinar uma coluna a partir deste ano.



Equipe da Revista Interação

A consolidação desta nova parceria constitui uma preciosa oportunidade para que a *Revista Interação* possa

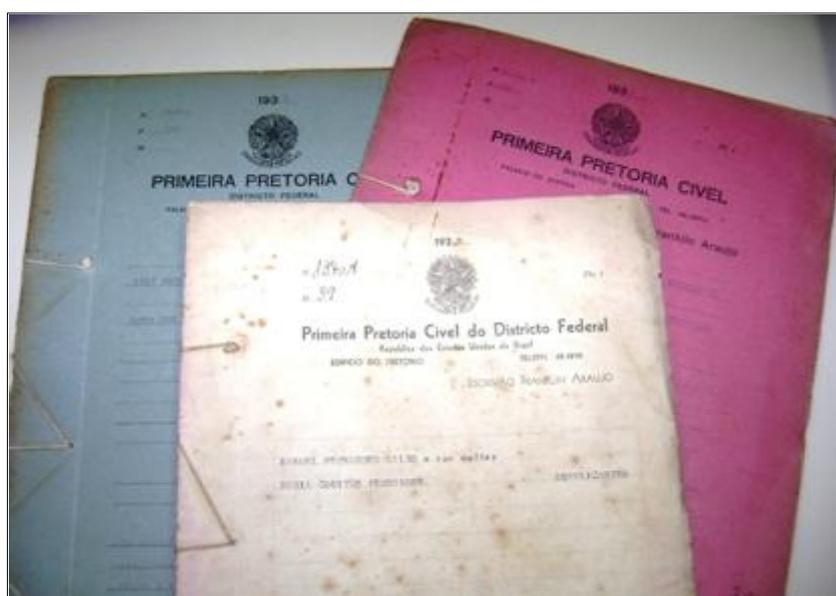
partilhar ainda mais informação e conhecimento, frutos, neste caso, da significativa experiência humana e jurídica do desembargador.

Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento - DGCON

SEGAP CONCLUI A PESQUISA DE MAIS UM DOS FUNDOS DOCUMENTAIS DO PJERJ

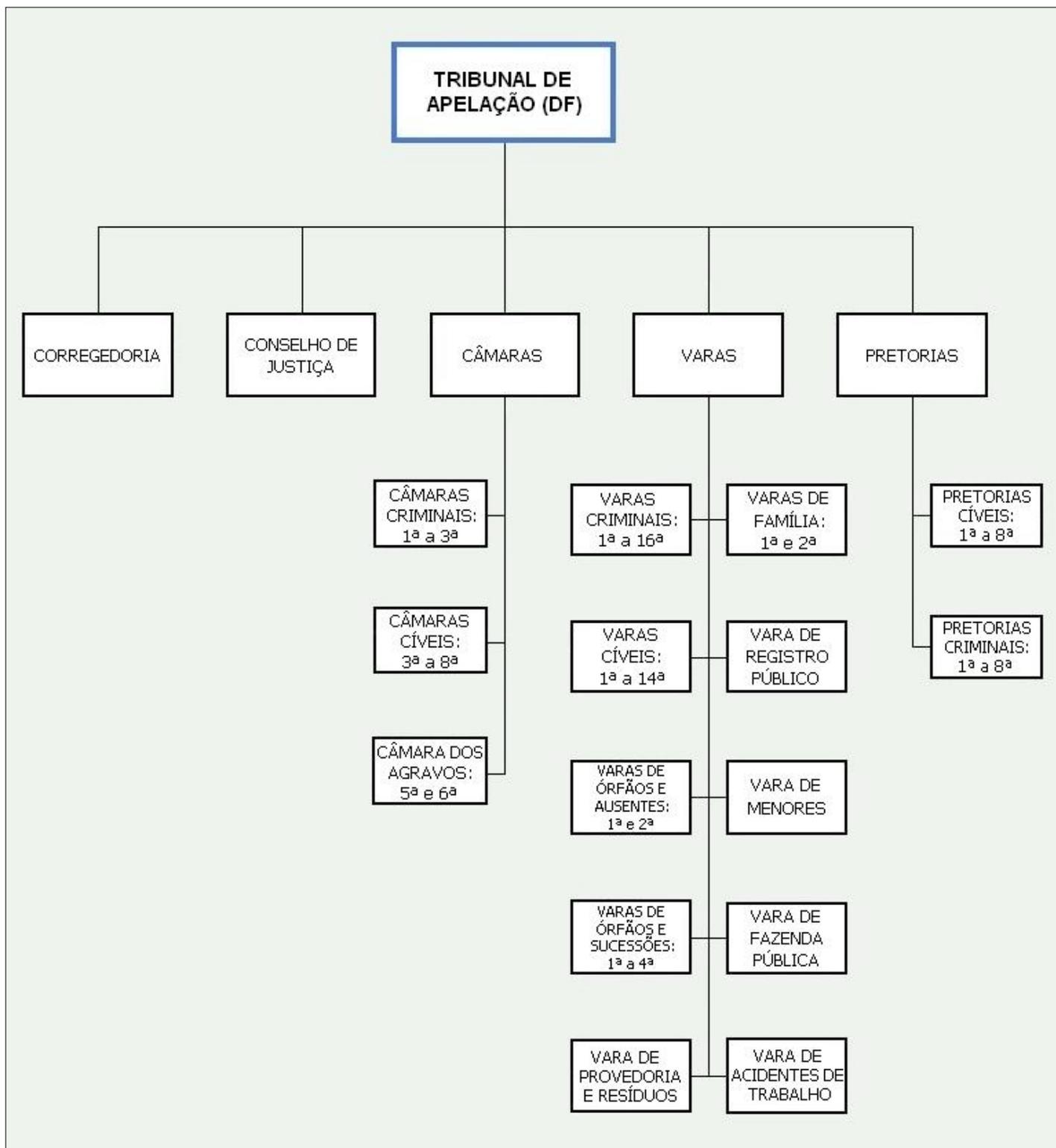
A Equipe de Pesquisa da Proveniência - EPP do **Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes - SEGAP**, da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento - DGCON, concluiu mais uma pesquisa sobre os Fundos Documentais do PJERJ. Dando continuidade às pesquisas realizadas desde 2005, a Equipe, hoje composta pelas historiadoras Isabele de Matos Pereira de Mello, Michelli Machado Torres e Jacqueline de Sousa Amaro, sob a supervisão da Chefe de Serviço Rosângela de Jesus Gomes, efetuou o resgate de todas as estruturas organizacionais do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, que funcionou de 1937 a 1946.

A partir da Constituição de 1937, a Corte de Apelação do Distrito Federal passou a ser denominada de Tribunal de Apelação. Esse tribunal existiu apenas durante nove anos, ou seja, quase todo o período de funcionamento do Estado Novo, e sofreu poucas alterações em sua estrutura organizacional. Contudo, durante o seu funcionamento, podemos destacar dois aspectos de extrema relevância para a justiça: a criação da Corregedoria e do cargo de Corregedor, que deveria ser exercido por um Desembargador do Tribunal, e a transformação das varas de órfãos e ausentes e provedoria e resíduos em vara de órfãos e sucessões. A constituição de 1946 altera novamente o nome do tribunal, que passa a ter o nome de Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que funcionou até 1960. O resultado desse trabalho já está disponível na página do Arquivo, no item Pesquisa de Proveniência.



O SEGAP está atualmente organizando e cadastrando processos deste e de outros Fundos Documentais

Abaixo, o arranjo intelectual do Fundo Documental:



[Retorna à página inicial](#)

Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento - DGCON

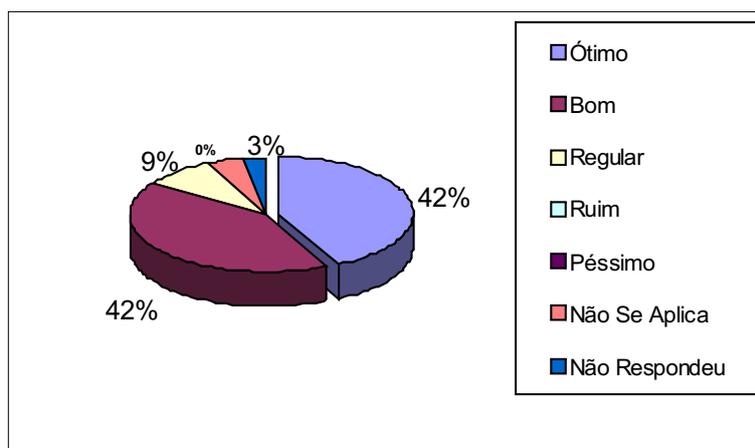
BANCO DO CONHECIMENTO - RESULTADO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO FEITA COM MAGISTRADOS EM 2008

O Banco do Conhecimento é um instrumento destinado a facilitar a localização, a recuperação e a reutilização dos dados, informações e conhecimentos mais relevantes para o cumprimento da missão institucional. No mês de janeiro, destacou o resultado das pesquisas de satisfação feita com magistrados, no decorrer do **1º e 2º semestres** de **2008**.

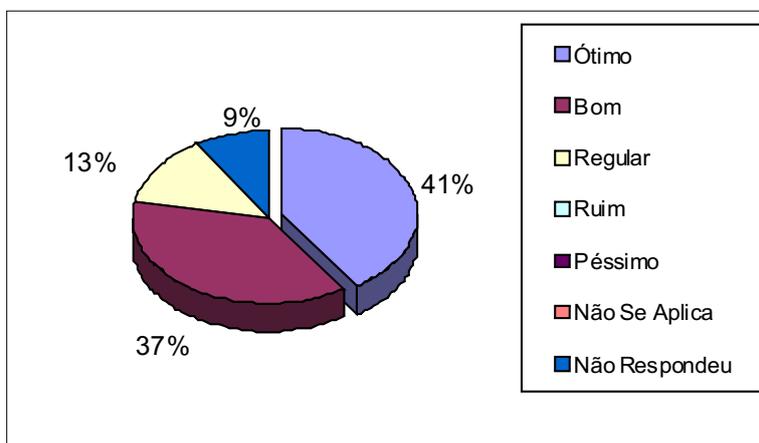
Os resultados obtidos fornecem importantes subsídios para o direcionamento estratégico, pois permitem avaliar o grau de satisfação, identificar as necessidades do usuário, divulgar o Banco do Conhecimento e os serviços oferecidos pelo **Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento (DGCON/DECCO)**. A pesquisa é realizada semestralmente, por meio de formulário simplificado encaminhado aos magistrados.

Na ocasião, foi perguntado o seguinte: **Como V. Exa. classificaria o conteúdo disponibilizado no Banco do Conhecimento ?**

1º semestre de 2008



2º semestre de 2008



O DECCO agradece aos senhores magistrados a colaboração e o tempo dedicado a esta pesquisa.

Seesc@tjrj.jus.br

[Retorna à página inicial](#)

SÚMULA DO TJERJ

DIVISÃO DE GESTÃO DE ACERVOS JURISPRUDENCIAIS

SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NOVO VERBETE

Nº. 143

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO
QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA
POSSIBILIDADE DE DECLINAÇÃO DA COMPETÊNCIA DE OFÍCIO
COMPETÊNCIA DO FORO DO DOMICÍLIO DO AUTOR OU DO LOCAL DO FATO
APLICABILIDADE DO C. DE DEFESA DO CONSUMIDOR

“Nas Ações de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT,
envolvendo questão de ordem pública, o Juiz pode, de ofício,
declinar da competência, aplicando-se a regra do art. 100,
parágrafo único, do CPC e o espírito do CDC.”

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº. 2008.018.00003
Julgamento em 13/10//2008 Relator: Desembargador José Mota Filho.
Votação unânime.

[Retorna à página inicial](#)

Diretoria Geral de Engenharia - DGENG

ENTREVISTA COM ALEXANDRE FRANCO VIANA

O Diretor da DGENG fala da mudança na estrutura, de Departamento em Diretoria Geral, e destaca realizações e projetos da Engenharia

O senhor poderia falar um pouco da história do Departamento de Engenharia anterior à sua transformação, no ano passado, em Diretoria Geral?

O que ocorre é que a Engenharia, na ocasião da primeira estrutura aprovada pelo Tribunal de Justiça, nasceu como Diretoria Geral e, por atuar na execução de obras e manutenção de prédios, sempre teve grande importância. Mais tarde, entretanto, no trabalho de reestruturação elaborado pela Fundação Getulio Vargas a Engenharia foi agregada à Diretoria Geral de Logística, como um Departamento daquela Diretoria.

E que circunstâncias levaram ao ressurgimento da Diretoria Geral de Engenharia?

Pode-se dizer que o ressurgimento se deu, basicamente, pela importância e pelo volume do trabalho. Na gestão do Desembargador Sergio Cavaliere, fui convidado a assumir o cargo de Diretor do Departamento de Engenharia, e, desde então, todo o grupo que trabalha comigo vem se empenhando em resgatar a posição de Diretoria Geral, até porque, na prática, sempre houve uma vinculação direta da Engenharia à Presidência por conta das constantes demandas de obras e demais projetos de grande importância. E havia um consenso, até mesmo da própria Diretoria Geral de Logística, de que a Engenharia precisaria de um espaço próprio. Ou seja, o que se buscou agora foi justamente este retorno a uma posição que já existia antes.

Em que momento esse retorno se concretizou?

Conseguimos demonstrar, durante a gestão do Desembargador Sergio Cavaliere, que, em função da quantidade expressiva de obras que nos foram encaminhadas, o volume de trabalho demandava organização e planejamento excessivos para uma estrutura que havia sido demasiadamente enxugada. Assim, ficou claro que, além de uma vinculação direta à Presidência, seria necessária também uma reestruturação do modelo que havia sido proposto.

Além disso, nós mostramos competência para cumprir todos os compromissos e terminar as obras nos



prazos propostos durante aquele período. Assim, por deixarmos claro que daríamos conta do desafio, na gestão do Desembargador Murta Ribeiro ocorreu a oportunidade de transformação em Diretoria Geral. Então, temos que agradecer ao Desembargador Cavalieri, pela oportunidade de realizar um trabalho, e ao Desembargador Murta Ribeiro, pelo reconhecimento e por ter concretizado a transformação.

Que realizações da Engenharia do TJERJ o senhor destacaria nos últimos anos, desde os tempos de Departamento até a atual posição de Diretoria Geral?

Eu posso dizer que os últimos quatro anos foram muito importantes por todas as obras que realizamos, desde a Lâmina III do Fórum Central até o Fórum de Volta Redonda e o novo Fórum de Niterói, cuja obra se encontra em andamento, que fizemos com o Desembargador Murta Ribeiro. Foi um grande trabalho de gerenciamento, que sempre contou com o suporte fundamental da administração do Tribunal. Mas, além desses, houve vários outros projetos desenvolvidos ao longo desse tempo, com o objetivo de dar melhor condição de trabalho a todos os serventuários.

O senhor poderia citar alguns projetos da DGENG para este ano de 2009?

A Diretoria Geral de Engenharia recebe, através de sua central de atendimento, uma média de 400 pedidos de serviço por dia, que vão desde a troca de uma lâmpada até a execução de uma obra que pode ser, inclusive, a construção de um prédio. Ainda assim, nós atendemos mensalmente a cerca de 80% desses pedidos. E, embora ainda atendamos a quase todo o Estado a partir da Capital, demos um primeiro passo no sentido da descentralização, a fim de melhorar a qualidade de nosso serviço, que foi a criação de dois pólos de atendimento, já em funcionamento, em Campos e em Volta Redonda.

Outra medida que estamos implantando é a presença, nos grandes prédios do TJERJ, de um *multitarefa*, funcionário que trocará lâmpadas, fará ajustes de fechaduras, alinhamento de portas, limpeza de filtros de ar condicionado etc. Ele não projetará nada, mas fará todo serviço necessário à manutenção do prédio. Começaremos por Santa Cruz, Madureira, Méier, Barra da Tijuca, e o Arquivo Central, em São Cristóvão: em cada um desses prédios haverá um *multitarefa* trabalhando em sistema de rodízio. Com isso, na medida em que o serventuário ou magistrado perceba que durante o mês contou com a presença de um *multitarefa* atendendo bem às suas demandas, se no mês seguinte receber outro que não tenha a mesma postura, a tendência é que nos sinalize que algo está errado, e nós poderemos fazer ajustes. Assim, os próprios magistrados e serventuários participarão do processo de melhoria dos serviços da DGENG. A idéia é que, até o final de janeiro, 25 prédios contem com um *multitarefa*, porque não se justifica mais todo atendimento a partir da capital para resolver demandas que surgem através do Estado. Hoje, o caminho é descentralizar e buscar a opinião de quem faz uso de nossos serviços.

Diretoria Geral de Gestão de Pessoas - DGPES

TJERJ CADASTRA QUASE MIL CANDIDATOS A DOADORES ATRAVÉS DE SUA CAMPANHA DE MEDULA ÓSSEA

Com o objetivo de inscrever candidatos a doadores no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea - REDOME, o TJERJ promoveu no dia 2 de dezembro, em sua Biblioteca, através de parceria com o Instituto Estadual de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti (HEMORIO) e a Mútua dos Magistrados, e com o apoio de seu **Departamento de Saúde**, a *Campanha de Medula Óssea*.



Dra. Clarisse Lobo; Dr. Luiz Fernando Bouzas; Des. José Carlos Schmidt Murta Ribeiro; Des. Antonio Siqueira; e Des. Roberto Luis Felinto

Na solenidade de abertura, o Presidente do Tribunal de Justiça, **Des. José Carlos Schmidt Murta Ribeiro**,

ressaltou a importância conferida a campanhas como esta em sua administração. Compareceram também, entre outros, o Des. Antonio Cesar R. Antunes de Siqueira, Presidente da Mútua dos Magistrados; o Des. Roberto Luis Felinto, Presidente da AMAERJ; o Subsecretário Jurídico de Saúde do Estado, Pedro Palheiro; o Coordenador do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea, Luiz Fernando Bouzas; a diretora do HEMORIO, Clarice Lobo; e a presidente da Abaterj, Carol Murta Ribeiro.



Candidata a doadora cede amostra de sangue para análise

O REDOME é um banco de dados em que ficam armazenadas as informações pessoais dos candidatos à doação de medula, além do resultado da tipagem do HLA (Antígeno Leucocitário Humano), fator que determina a compatibilidade entre doador e receptor. A análise do HLA é feita a partir da coleta de uma amostra de sangue. Após a verificação de compatibilidade, o potencial doador é chamado para

confirmar a sua intenção de doar. Para ser um doador é necessário ter entre 18 e 55 anos de idade e gozar de boa saúde. Ao contrário do que se possa pensar, o risco é quase inexistente, e dentro de poucas semanas a pequena porção da medula doada será recomposta pelo doador.

Segundo Maria Aparecida Araújo, enfermeira do Departamento de Saúde do TJERJ, cadastraram-se no REDOME, no dia 2 de dezembro, 955 pessoas, quantidade que praticamente alcançou a meta estabelecida de mil inscritos naquela data. Entretanto, é permanente a necessidade de novos candidatos à doação, uma vez que o transplante de medula óssea é a única oportunidade de vida para centenas de pessoas que sofrem de doenças graves e, de acordo com o HEMORIO, é de apenas 25% a chance de se encontrar um doador compatível entre irmãos do mesmo pai e mãe.

HEMORIO

Rua Frei Caneca 8, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20211-030

Disque Sangue: 0800-2820708 de segunda a sexta, das 7h às 18h

www.hemorio.rj.gov.br

Retorna à página inicial

Diretoria Geral de Gestão de Pessoas - DGPES

JUSTIÇA E DEMOCRACIA - VINTE ANOS DE CONSTITUIÇÃO



O Deputado Miro Teixeira, palestrante que encerrou o evento

A **Escola de Administração Judiciária** (DGPES/ESAJ) promoveu, nos dias 2, 4 e 12 de dezembro de 2008, o seminário *Justiça e Democracia - Vinte anos de Constituição*, em comemoração ao aniversário da Constituição Cidadã.

As diversas palestras foram ministradas pelos Desembargadores Jessé Torres (*A Evolução do Controle Judicial da Administração Pública, a partir da Supremacia da Constituição*), Sylvio Capanema (*Teoria da Responsabilidade Civil à luz da Constituição*), Nagib Slaibi Filho (*A Reforma da Justiça*); pelo Juiz Cláudio Brandão (*Administração e o Servidor Público na Constituição*); e, a de encerramento, pelo Deputado Miro Teixeira (*Vinte Anos da Constituição - A Vitória da Democracia*).

Ao abordar algumas das principais questões relacionadas ao texto constitucional, estimulando o debate entre os participantes do evento, o seminário desenvolveu uma reflexão consciente sobre as conquistas alcançadas no âmbito do Direito e da cidadania nas duas décadas que sucederam o nascimento vitorioso da Constituição de 1988.



Des. Jessé Torres



Des. Sylvio Capanema



Des. Nagib Slaibi Filho



Juiz Cláudio Brandão

[Retorna à página inicial](#)